
RECENSÕES

LIBÂNIO, João Batista: *Fé e Política. Autonomias específicas e articulações mútuas* (Col. "Fé e Realidade" 17). Ed. Loyola, São Paulo 1985. 207 pp., 21x14cm.

JBL reúne neste volume seis trabalhos com temáticas relacionadas ao título.

O cap. 1 (11-70) é básico, abordando o tema-título do livro. Num primeiro momento distingue os dois termos em questão — fé e política — para depois uni-los através de uma cuidadosa articulação que respeita as autonomias específicas. A precisão do termo "fé" é bem mais ampla que a do termo "política". Das pp. 15 a 39, JBL apresenta um bom resumo do tratado teológico sobre a fé, indicando-lhe as características fundamentais. Ao estabelecer a articulação entre os dois elementos (fé e política), JBL parte primeiro da fé para mostrar o serviço que esta pode prestar à política, abrindo-a para a Transcendência, criticando-a, motivando-a, além de abordar a complexa relação entre fé e ideologia, da qual volta a falar mais amplamente ao abordar a articulação de fé e política, desde esta última. Nesta parte, recorda ainda como as práticas políticas são mediações que possibilitam verificar a fé, no sentido de que a fé se mostra por sua atuação concreta (cf. Tg 2, 17).

O cap. 2 (71-116) reproduz um artigo publicado nesta revista (*Persp.*

Teol. 15 [1982] 7-50) apenas acrescentando de uma longa nota resumindo a carta do Pe. Arrupe sobre a análise marxista — nota, de resto, perfeitamente dispensável. Neste cap., o A. desce mais ao concreto, procurando analisar como a fé e o compromisso social (político) se articulam na prática pastoral. Descobrir essa articulação é tarefa de um discernimento que busca descobrir nos "sinais dos tempos" a vontade concreta de Deus. Adotando um esquema de análise já familiar a seus leitores (cf. *Formação da consciência crítica*, 3 vol., 1979; *As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais*, 1980; *Pastoral numa sociedade de conflitos*, 1982; todos pela Ed. Vozes, Petrópolis), JBL distingue três estruturas de discernimento, conforme a compreensão da realidade e da própria fé seja mais objetivista, mais antropocêntrica ou mais social. No primeiro caso, vontade de Deus e compromisso social são vistos como compartimentos estanques, mediados extrinsecamente por "reta intenção" (primeira estrutura); no segundo e terceiro caso, apresentam-se como realidades autônomas, sim, mas de forma que a vontade de Deus é lida nos "sinais dos tempos" (segunda e terceira estruturas). Essas duas últimas estruturas se distinguem conforme o acento esteja no sujeito social burguês (o "homem moderno" do Primeiro Mundo) ou no sujeito social popular (as classes populares do Terceiro Mundo que vivem o mundo

moderno como realidade opressora e conflitiva). Essas duas perspectivas diferentes exigirão leituras diferentes da realidade e, conseqüentemente, interpretação diferente do agir de Deus na história concreta. JBL detém-se mais na terceira estrutura de discernimento, por ser a mais significativa em qualidade e originalidade, embora seja prática minoritária. A fé aqui interfere na escolha e na crítica das mediações sócio-analíticas que analisam a realidade e sugerem intervenções sobre a mesma. Desta forma, a ação na história se torna a feição epocal da fé na América Latina hoje, sem que a fé se esvazie nem se ideologize. Pelo contrário.

O *cap. 3* (117-138) analisa a relação fé-política sob a forma concreta da relação Igreja-Estado. É uma análise que se debruça sobre a experiência dessas relações no período dos governos militares no Brasil. Depois de breves observações metodológicas em que se definem Igreja e Estado e se apresentam três modelos teóricos de relação Igreja-Estado, a segunda parte do *cap.* estuda os conflitos entre Igreja e Estado em três níveis, conforme se compreenda Igreja como conjunto dos fiéis, como instituição oficial ou como grupos minoritários. Essa análise parte da experiência eclesial brasileira pós-64 e abre perspectivas para o futuro iniciado com a "distensão" de Geisel e a "abertura" de Figueiredo, desembocando na chamada "Nova República" de Tancredo sem Tancredo.

O *cap. 4* (139-205) reúne três trabalhos anteriores do A. que constituem cada uma das três partes do capítulo. O primeiro trabalho — até agora não publicado em português — explica o Vaticano II e Medellín, dois

marcos miliários na caminhada atual da Igreja, a partir do sujeito social que esses acontecimentos tiveram como interlocutores: o sujeito moderno (Vaticano II) e o sujeito popular pobre e explorado (Medellín). É uma análise rica e simples desses dois acontecimentos eclesiais, familiar aos leitores do A., análise que possibilita compreender melhor as controvérsias que originaram, e aquilatar o que significa para a Igreja a tentativa restauradora ora em curso. — A segunda e terceira partes do *cap.* abordam as duas opções de Puebla, respectivamente pelos pobres e pelos jovens. Quanto àquela, JBL explicita como os pobres são "nossos mestres e juízes", num texto espiritual (no sentido mais lídimo da palavra), claro e de grande beleza. Ajuda a compreender melhor a opção citada graças a um "desbravamento semântico" prévio sobre os diversos sentidos da palavra "pobre". — No tocante à opção pelos jovens, JBL estuda as exigências e desafios da (pastoral da) juventude no atual momento eclesial e nacional, abrindo pistas variadas e advertindo para a importância de uma macropastoral, além da micropastoral mais praticada. Relaciona a pastoral da juventude com as tendências restauradoras que despontam por toda parte: "O futuro da 'opção pelos jovens' dependerá em grande parte de como a Igreja viverá a 'opção pelos pobres'. É essa Igreja comprometida com a libertação dos pobres que mais lhes fala, mais os atrai, mais os evangeliza com seu exemplo, modelo, coragem e esperança. Sem esperança, a juventude morre" (205).

Esta breve apresentação espera ter mostrado o valor, interesse e atualidade deste livro que aborda, com a

maestria e o brilho habituais no A., um tema de candente atualidade. Com equilíbrio e lucidez, o A. estabelece as autonomias específicas de fé e política (vontade de Deus e compromisso social, Igreja e Estado) e suas articulações mútuas, de forma que a fé possa ser vivida sem alienações e sem ideologizações, e a política possa brotar da fé, embora seja realidade mundana autônoma. Desta maneira, o cristão poderá levar para a vida política tudo o que sua fé lhe pode oferecer, e encontrar na política espaço para viver a fé.

Constituído por trabalhos independentes, originados em tempos diversos para diferentes grupos de leitores, nem por isso o livro perde em unidade. Pelo contrário, perpassa-o uma concepção unitária e coerente, também com outras obras do A., cujas linhas-mestras são aqui comple-

mentadas e aprofundadas. Apenas em três momentos o recenseador notou lapsos provenientes da publicação anterior como artigos independentes, mas são lapsos de forma e não de fundo. Às pp. 166 e 199, o A. refere-se a artigo, quando o texto agora é cap. de um livro. À p. 200, nota 92, remete à nota 25 que na realidade é agora a nota 89, porque três artigos foram fundidos num único cap. em que as notas tem numeração corrida. — Numa próxima edição conviria corrigir também a frase de Crisóstomo à p. 166: “É zombar de Deus, honrá-lo com igrejas suntuosas e desprezá-lo nos pobres”. Além disso, a citação de Ambrósio que se segue a esta, deve estar truncada.

Francisco Taborda S.J.

BÖCKLE, Franz: *Moral Fundamental*. Trad. do alemão por Henrique Perbeche. Ed. Loyola, São Paulo 1984. 323 pp., 21 x 13,7cm.

Depois dos três manuais da moral cristã renovada de Bernhard Häring, Marciano Vidal e “Práxis Cristã”, de Orduña, Bartres e Azpitarte, entra agora no mercado brasileiro a tradução da *Moral Fundamental* de Franz Böckle, um dos mais conhecidos moralistas alemães da atualidade. Embora não seja de leitura fácil, esta obra significa um enriquecimento substancial da magra biblioteca de Teologia Moral em português. Pelas suas características próprias, apresenta bom material de comparação e diálogo com os autores mencionados. Confir-

ma a pluralidade de formas em que a reflexão ético-teológica é moldada hoje em dia, conforme as opções metodológicas que cada um faz e os posicionamentos que assume nas questões discutidas.

A Teologia Moral fundamental está vinculada intimamente à revelação de Deus na história. Mas, enquanto pretende comunicar-se com os homens de hoje, precisa corresponder às interrogações e expectativas científicas deles. Conforme o desejo do Concílio Vaticano II, ela deve evidenciar a sublimidade da vocação dos fiéis em Cristo. Sem sectarismo, porém, porque a mensagem cristã se dirige a todas as pessoas. Por isso, o autor explicita as questões básicas da teoria ética: o valor, o dever e a liberdade, a

autonomia moral do homem, a experiência moral, a natureza humana na linguagem filosófica e científica social da atualidade. Depois, enriquece e aprofunda este material à luz da fé, da ética bíblica e da Teologia Moral.

Tomando como ponto de partida o binômio liberdade-norma, este método arrisca estreitar a visão da fé sobre o mistério da vida em Cristo, que está à base da moral cristã. Do outro lado, abre uma perspectiva ampla sobre o "Humanum" e a racionalidade humana social, em que muitas normas e deveres encontram sua justificação, também no contexto da Teologia Moral. Mesmo uma moral, apresentada especificamente como cristocêntrica, não escapa da encarnação, como assunção do humano, e costuma invocar constantemente em sua argumentação a racionalidade da lei natural e as fontes históricas culturais. Além disso, uma reflexão moral que começa com o pólo humano e não com o Deus revelado, protege-se melhor contra a tendência de deduzir do absoluto de Deus um absolutismo estático injustificável do sistema das normas morais em vigor.

O livro se divide em duas partes. Na primeira, o autor enfrenta o problema da base formal da reivindicação moral do ser humano. Como teólogo, reconhece em Deus a última razão do homem e de seu agir. No plano intramundano, entretanto, dois pressupostos são importantes: a variação das exigências do dever na vida, que implica o conceito da norma moral, e a liberdade de escolha e de decisão, pela qual o homem se autodetermina. Em seu agir, o homem pode contradizer a obrigação no pecado, ou cumpri-la e, realizando-a, libertar-se a si mesmo. As duas questões mais apro-

fundadas aqui são a da autonomia ética do homem, também na perspectiva teológica, e a da culpa e do pecado como ato humano, como poder no homem e na sociedade, e como sinal histórico da opção mais profunda ou fundamental das pessoas.

A segunda parte se ocupa dos fundamentos materiais das normas morais na perspectiva histórica, bíblica e filosófica. Para conhecer melhor o caráter próprio e a validade das normas existentes, o autor analisa a normatividade e suas variações no AT e a influência que a fé em Javé exerceu sobre a evolução teonômica do "ethos" do povo de Israel. A mensagem moral de Jesus, inseparavelmente ligada à sua pessoa e à sua maneira de agir, coloca no centro a "Basileia" de Deus, com suas exigências radicais de conversão, fé no Evangelho e engajamento no mundo a ser humanizado pela libertação dos outros. Se de um lado o anúncio moral do NT é continuação da tradição judaica, do outro lado, significa uma crítica, uma correção e superação da antiga Lei. Como as cartas apostólicas mostram, o acontecimento Jesus inspirou na Igreja primitiva um "ethos" próprio, resultado da novidade da existência cristã dentro de uma sociedade que já tinha suas tradições éticas.

As normas morais, como as que os livros bíblicos comunicam, devem sua origem a um longo processo histórico em que vários fatores desempenham seu papel. O autor concentra a atenção em três pontos: a natureza peculiar das pessoas humanas que, pela sua razão e em convivência com as realidades deste mundo, chegam a estabelecer certas normas de agir moral; a experiência de vida, acumulada em séculos de convívio social, combi-

nada com o senso crítico da razão humana; a fé e sua função formadora no sistema das normas éticas. Neste contexto é tratado o problema do próprio da moral cristã. Para a fundamentação dos juízos éticos de ação, estão atualmente em discussão dois tipos de argumentação: a teológica e a deontológica.

A segunda parte termina com uma breve exposição da contribuição da Igreja, como comunidade viva da fé, cuja consciência moral-religiosa tem um papel fundamental na Teologia Moral. Equilibrando-se entre uma fácil acomodação e uma falsa absolutização, o moralista deve atender às questões e dúvidas dos homens de hoje e, em função da fé comunitária, dar respostas que inspirem confiança e convençam. Neste respeito há uma verdadeira co-responsabilidade da Igreja em conjunto, na qual o Magis-

tério tem uma competência específica.

Apesar de o professor Franz Böckle escrever um alemão muito acadêmico, o tradutor chega a oferecer um texto bem legível, subdividindo a densidade do original em mais alíneas e acrescentando a tradução de expressões latinas no texto; mas abreviou o sumário e omitiu o índice analítico e a lista de abreviações do original. Motivos econômicos? De qualquer maneira, pelo seu grande valor científico e como opção alternativa, esta obra oferece ótimo material de reflexão aos leitores interessados na Moral Fundamental, cada vez mais importante na procura de soluções viáveis para os muitos problemas morais que o mundo atual apresenta e que precisam ser encaminhados com sabedoria e coragem.

Bernardino Leers O.F.M.

SILVA, José Arioaldo da: *O Movimento Litúrgico no Brasil. Estudo histórico.* Ed. Vozes, Petrópolis 1983. 400 pp., 23x16cm.

Esta obra é fruto de uma conscienciosa pesquisa histórica apresentada pelo Autor como tese doutoral no Instituto Litúrgico do Anselmianum em Roma, no ano de 1981. O Movimento Litúrgico no Brasil, que tanta influência teve na renovação cristã do laicato, é estudado dos seus começos em 1933 até o anúncio do Vaticano II em 1959. A promulgação da encíclica *Mediator Dei* em 1947, que marcou dois momentos bem diferenciados na história do Movimento, é também a linha divisória das duas partes do livro. Ambas estão estrutu-

radas da mesma forma em quatro capítulos: os incílios do movimento (ou as primeiras repercussões nele da *Mediator Dei*), o Movimento litúrgico em desenvolvimento (obras, trabalhos, promoções...), a relação do Episcopado brasileiro com o Movimento e, por fim, as controvérsias por ele suscitadas. Quem não viveu aquela época, dificilmente poderá imaginar, que um curso de Liturgia em que foram expostas por Dom Martinho Michler a universitários da Ação Católica as primeiras noções do Movimento Litúrgico já em curso na Europa haveria de suscitar os conflitos, as suspeitas e as acaloradas controvérsias que acompanharam a história do Movimento de 1933 a 1947. Afinal, que coisa mais ortodoxa do

que trazer de volta a espiritualidade cristã e a piedade popular ao mistério de Cristo celebrado na Liturgia? A "grande descoberta", porém, do centro da vida cristã, que marcou profundamente intelectuais católicos como Alceu Amoroso Lima, poetas como Murilo Mendes, Augusto Frederico Schmidt, Cecília Meireles, e suscitou nas fileiras da A.U.C. e da J.U.C. inúmeras vocações religiosas e sacerdotais (Dom Clemente Isnard, Dom Marcos Barbosa, o Padre Veloso, o abade Dom Timóteo, Dona Luzia, para não citar mais do que alguns dos nomes mais conhecidos), provocou por outro lado reações violentas que atacaram o Movimento com expressões que vão de "exageros exóticos" ou "ridículas exquisites" até "desmandos doutrinários" de "falsos profetas" e "heresias modernistas".

Tudo isto, através de uma pesquisa muito documentada (em que ao lado dos documentos escritos, publicados ou inéditos, mostram-se também interessantíssimos depoimentos de pessoas que participaram do Movimento), o leitor encontrará na valiosa obra de Frei Arioaldo. O rigor científico da pesquisa não tira em absoluto o interesse da história narrada. Com estilo leve e claro, o Autor faz obra de verdadeiro historiador, envolvendo o leitor no decorrer da narrativa. Narrativa que se torna tanto mais atraente, quanto mais, através do seu desenvolvimento, vai-se percebendo que o Movimento Litúrgico tem influências decisivas (e isto não surpreenderá a quem sabe que Liturgia é muito mais do que mero rito ou rubrica) em toda a renovação da Igreja do Brasil dos últimos anos.

A obra de Arioaldo merece ser lida e estudada por todo aquele que

quiser compreender o momento atual da Igreja no Brasil. No campo específico da Liturgia ela é fundamental para compreender a renovação litúrgica após o Vaticano II e discernir as adaptações litúrgicas que farão caminhar uma renovação que ainda tem um longo caminho a andar, das aparentes "inovações" que são na verdade um retrocesso. A "memória histórica" neste, como em outros campos da vida humana, é de capital importância.

Mas talvez o maior interesse desta obra esteja fora do campo nela estudado. Paradoxalmente o interesse está no que nela não é dito, nem podia ser dito, dada a honestidade científica do seu Autor.

Um exemplo apenas para ilustrar o que se quer dizer com isto. A descoberta da Liturgia pelo Movimento Litúrgico era sem dúvida uma volta à grande Tradição da Igreja. E contudo apareceu a muitos como a grande novidade. A descoberta haveria por força de provocar nos adeptos do Movimento entusiasmo e às vezes precipitação, exageros ou imprecisões na linguagem, devidos a uma consciência fortemente crítica frente à "ignorância" litúrgica popular. Os próprios "liturgistas" são concordes nesta afirmação. Mas se houve excessos por parte deles, muitos mais os houve no atacar e apontar os erros por parte dos que se opunham ao Movimento, denunciando descaradamente "heresias" que hoje nos aparecem como as coisas mais inocentes e ortodoxas e fechando totalmente os olhos aos grandes frutos espirituais que o Movimento, apesar dos seus inegáveis exageros ou imprecisões, estava produzindo na Igreja. Quem não será levado a pensar ao ler estas coisas na atual

polêmica a respeito da Teologia da Libertação? A aparição da *Mediator Dei* que nas linhas fundamentais vinha confirmar o Movimento Litúrgico, foi lida pelos seus adversários como a condenação definitiva, "o golpe final" ao perigoso inimigo das tradições católicas. O leitor não pode deixar de pensar nas leituras contraditórias feitas na Igreja de hoje da recente Instrução sobre a Teologia da Liber-

tação. Vê-se por isto como a leitura do livro de Frei José Ariovaldo pode iluminar muita outra coisa na Igreja além do Movimento Litúrgico. E está aqui seu grande interesse: a história, quando é bem narrada, não pode deixar de ser, como sabiam os antigos, *magistra vitae*.

J. A. Ruiz de Gopegui, S.J.

SCHAEFER, José Renato: *As migrações rurais e implicações pastorais. Um estudo das migrações campo-campo do Sul do país em direção ao norte do Mato Grosso*. Ed. Loyola, São Paulo 1985. 264 pp., 21 x 14cm.

A Igreja diante das causas e consequências da migração é o tema central deste livro — tese de mestrado em Teologia na PUC-RJ. O autor é jesuíta, filho de migrantes, conheceu o fluxo migratório em questão por dedicação pastoral antes de tomá-lo como tema de tese. Atualmente continua na atividade pastoral junto aos migrantes da região que estudou neste livro.

O autor enfoca um fluxo migratório específico dentro do Brasil, principalmente do Paraná ao Mato Grosso. Longe de constituir-se num fato social harmonioso, mostra-se uma realidade cheia de conflitos em torno da migração forçada pelo processo de produção capitalista. A geração de conflitos é uma constante no fato migratório estudado e é o prisma que interessa ao autor.

Num primeiro momento (cinco capítulos) o autor realiza um estudo

da realidade da distribuição da terra e da migração como consequência. Há uma grande riqueza de dados coletados sobre este surto migratório, ainda pouco estudado pelas ciências humanas. A região do Mato Grosso a que se dirigem os colonos do Sul, se por um lado é muita terra para pouca gente, por outro lado, é muito conflito na luta pela terra para lavradores com reduzida consciência de organização dos seus interesses de classe.

A segunda parte do livro trata das implicações pastorais oriundas das migrações. Nem sempre é fácil conjugar este método de estudo, integrando realidade social e a reflexão pastoral ou teológica. Estuda o significado da religião numa realidade de migração, através de um estudo de campo, e tira as suas contribuições: a adaptação ambiental e ajuda na política da colonização, a criação de comunidades para o acolhimento numa situação estranha e de maior isolamento que no lugar anterior, e ainda uma precária organização de defesa dos direitos. Há determinadas mudanças sócio-culturais que implicam em mudanças na prática religiosa, seja o progresso conseguido por alguns, seja a mudança de ambiente. O atendimen-

to religioso aos migrantes nem sempre se dá como se poderia esperar, pois as dificuldades em áreas novas são grandes: distâncias, recursos, etc. Aquilo que os migrantes esperam da pastoral reflete o serviço religioso da região de origem.

A fundamentação teológica da prática pastoral junto aos migrantes baseia-se em três passos: a) O sentido teológico atribuído aos fatos migratórios vividos pelo povo de Israel no AT. b) A pregação de Jesus Cristo num contexto de migração, seja o "já" e "ainda não" do Reino de Deus, seja a própria vida de Jesus Cristo que foi um contínuo peregrinar, onde a pastoral migratória poderia pautar-se como teologia do provisório. c) Na história da Igreja há elementos do seu ensino para constituir uma teologia do uso da terra, do uso dos bens, nos diversos momentos da história: a terra para o trabalho.

No último capítulo o Autor apresenta as propostas de uma pastoral migratória. Há sérios problemas para uma evangelização efetiva nas extensas áreas colonizadas. A renovação da prática pastoral é uma exigência frente às mudanças econômicas e sócio-culturais vindas dos surtos migratórios. Os agentes de pastoral passam a dificuldade da leitura da realidade e da própria renovação de método e conteúdo. Na região de emigração se dá o impasse da organização dos trabalhadores sem-terra de um lado, e de outro a sacramentalização mais cômoda sem a luta pela justiça. O Autor assume uma posição crítica e verifica que na pastoral em áreas de migração no Mato Grosso, a Igreja vai a passos lentos na opção pelos

mais pobres, que são os peões das fazendas e os garimpeiros. Reconhece as dificuldades para o empenho de evangelizar, e não só sacramentalizar, no atendimento das muitas e distantes comunidades nas áreas de imigração. Por outro lado, as sugestões de linhas pastorais concentram-se numa atividade social (organização dos migrantes) da ação da Igreja. A atividade social é um campo tanto mais vasto quanto nestas regiões de colonização recente, os organismos civis ainda não se constituíram. As CEBs podem constituir-se num referencial mais imediato para quem chega de longe para uma terra estranha.

Diante da riqueza dos muitos dados estatísticos e de sua análise na primeira parte do livro, a segunda, sobre as implicações pastorais, deixa a desejar um aprofundamento maior e uma melhor elaboração. Continuando agora na atividade pastoral direta com os migrantes, certamente o Autor terá oportunidade de aprofundar a reflexão teológica sobre as migrações. Conheci pessoalmente o povo e a Igreja nesta área de imigração estudada e senti a importância de todo agente de pastoral constituir-se em intelectual orgânico junto aos migrantes, sem renunciar à especificidade da evangelização. O Autor poderia ter explorado, na medida em que tenta conjugar uma análise da realidade social e uma reflexão teológica sobre a pastoral da Igreja, as diferentes correntes ou visões da atividade pastoral que se fazem presentes na região. O livro serve para conhecer tanto os problemas destas áreas de recente colonização, como as dificuldades e as opções pastorais decorrentes.

Aloísio Ruscheinsky S.J.

ZIZOLA, Giancarlo: *A utopia do Papa João*. Trad. do italiano por Maurício Ruffier. Ed. Loyola, São Paulo 1983. 457 pp., 20,7x14,1 cm.

O jornalista G. Z. empreende nesta obra a tarefa de mostrar de forma viva e palpitante a figura inconfundível de João XXIII através da(s) utopia(s) que animava(m) sua ação.

A obra está dividida em quatro partes. A primeira intitula-se *João XXIII e a paz* (5-143) e se desenvolve em torno da encíclica *Pacem in Terris*, verdadeiro testamento da utopia do Papa João, de que a paz é alcançável pela colaboração de todos os homens de boa vontade, independente de credo ou ideologia. O autor narra a origem próxima (crise de Cuba, outubro de 1962) e remota da encíclica (a experiência de Roncalli na Primeira Guerra como capelão militar, na Segunda Guerra como núncio em Ancara, no pós-guerra como núncio em Paris). João XXIII com sua encíclica proclama a "neutralidade 'ativa'" da Igreja frente à situação mundial, neutralidade que não consiste em cruzar os braços, mas em contribuir para formar homens construtores da paz. Recusa pôr o prestígio da Igreja em favor deste ou daquele bloco político, para proclamar o primado da boa vontade, onde quer que ela exista. Isso significou o fim da "ideologia da 'cristandade atlântica'", isto é, da identificação da liberdade da Igreja com a política do mundo ocidental.

A segunda parte, *O Papa do degelo* (145-285), mostra como João XXIII praticou sua utopia concretamente nas relações com o mundo comunista, especialmente a União Soviética

(relações com Krutchev) e também na política interna da Itália, passando do apoio clerical à Democracia Cristã à "neutralidade ativa" que entregava a responsabilidade política aos leigos. Também aqui neste último caso se vê que a atitude de João XXIII é anterior a seu pontificado. Nas duas primeiras partes do livro aparece clara a oposição da Cúria Romana ao pensamento e à ação do Papa (e o conseqüente sofrimento deste): "Toda a vez que, na história da Igreja, os cardeais haviam sido burlados pelo Espírito Santo e tinham nomeado Papa um homem do Evangelho, algo imensamente perturbador sucedera no organismo eclesiástico" (206); um abalo no sistema de poder da Cúria com uma conseqüente crise de identidade da mesma. "Havia homens pertencentes ao sistema que o consideravam [ao Papa João] perigoso para o futuro da Igreja Católica. O que farejavam, na realidade, é que em perigo estavam eles" (207). Esperavam um "papa de transição", eleito com idade avançada, "para desaparecer sem demora e sem deixar vestígios" (289) e deram com um renovador da Igreja Católica.

Mas "a maior de suas utopias" (291) foi o Concílio. Dela trata a terceira parte, *João XXIII e o Concílio* (287-405), procurando mostrar como amadureceu a idéia e qual a concepção do Papa João sobre o Concílio. Uma retrospectiva sobre a formação cultural e espiritual de Roncalli permite ver como o "espírito" do Vaticano II era o próprio espírito de Roncalli, desde sua juventude. Ele foi "homem da Tradição" (401) "no sentido autêntico e vivo da palavra" (ib.) "por ter feito afluir à Tradição novas correntes espirituais, estabele-

cendo assim uma tradição para o futuro" (ib.). Esta parte traça um magnífico retrato espiritual do Papa Roncalli.

A quarta parte intitula-se *Morte e Ressurreição* (407-457) e, depois de narrar os últimos dias de João XXIII, faz um retrospecto sobre o conclave que o elegeu, e um prognóstico sobre o futuro da utopia do Papa João. Esta já se tornou domínio da humanidade, da consciência de todos, de tal forma que depois dele não se poderá voltar simplesmente ao passado de uma Igreja primeiramente instituição. A Igreja é para o homem. "Quando ela [a utopia de João] tiver entrado plenamente na história, elevando-se acima do domínio das consciências onde se difunde, poder-se-á ter a certeza, como já sucedeu a tantas outras utopias, de que os homens não podiam conceber uma história diferente. Ele bem o sabia, ao escrever profeticamente, da Bulgária, em 1936, que presenciava 'o espetáculo dum velho mundo que desaparece e dum outro que está em formação, e em cujo seio procuro esconder uma ou outra boa semente que terá sua primavera, embora um pouco tardia, quando eu já estiver morto'" (456).

Um livro de grande valor, com boas análises dos pontos culminantes

do pontificado de João XXIII e dos traços mais marcantes de sua personalidade. Recomenda-se sua leitura para a hoje tão necessária revivescência do incomparável carisma do Papa Roncalli, que a história certamente reconhecerá como a grande figura do papado neste século. Uma figura onde se unem indissolavelmente o homem simplesmente homem, e o homem de fé, "um dos grandes místicos da história, 'um saco vazio para ser enchido pelo Espírito Santo', como dizia..." (440). O livro vale não só pelo conteúdo, mas é também de agradável leitura, escrito por quem domina a arte do periodismo.

A tradução é boa. Terá escapado um erro à p. 370, onde fala duas vezes de idas de Roncalli a Genebra, quando certamente se trata de Gênova, pois que faria Roncalli na *Suiça* para preparar um encontro de operários italianos com o Cardeal de Pisa ou para ver o bispo de Cremona? Erros de tipografia existem, mas não são tão numerosos nem tão graves que estorvem a compreensão do texto. Note-se somente que Loisy se escreve com s e não com z como está à p. 378.

Francisco Taborda S.J.

VÁRIOS AUTORES, *Lutero: Ayer y Hoy*. Ed. La Aurora, Buenos Aires 1984. 331 pp., 21,4x13,9cm.

Trata-se de uma publicação do ISEDET (Instituto Superior Evangélico de Estudos Teológicos) da Argentina, para comemorar o 50º aniversário do nascimento de Lutero. No

prólogo se diz que a intenção é abordar de forma compreensível os principais aspectos da doutrina do Reformador alemão.

O livro se divide em quatro partes, cada uma composta de diversas contribuições.

Na primeira parte, *Bíblia e pregação*, Ricardo Pietrantonio (15-33),

analisar a hermenêutica do Reformador e sua constante preocupação de penetrar no texto original para captar melhor o sentido da mensagem divina. Explica o conteúdo do princípio protestante "Scriptura sacra sui ipsius interpres". Dá informações a respeito da formação bíblica de Lutero e sua atuação como professor nessa área. Termina com uma referência ao caráter cristológico da Escritura, na interpretação de Lutero. — *José Míguez Bonino* (35-53), a partir de um sermão de Lutero (Domingo de Ramos, em 1518), estuda o tema da "justiça" na teologia luterana, fazendo ligação com a realidade latino-americana. — *Rodolfo Obermüller* (55-57) traduz alguns trechos de uma carta de Lutero (referente a Lc 1,28) em que o Reformador expõe como se deve proceder na tradução de um texto escriturístico.

Na segunda parte, *Teologia e vida*, *Norberto Bertón* escreve sobre "O sacerdócio universal dos fiéis" (61-78). O batismo faz com que todos os fiéis participem da vida de Cristo e entrem em comunhão com o Espírito. Numa igualdade cristã fundamental todos são constituídos sacerdotes, comprometidos com o serviço do Evangelho no mundo. — Num texto denso e difícil *Luiz Farré* (79-101) procura demonstrar que tanto a filosofia como a psicologia modernas, comprovam implicitamente a doutrina de Lutero sobre a justificação pela fé e consequente liberdade cristã. — *Mario Jorge Yutzis* (103-113) coloca em evidência o caráter cristocêntrico da Bíblia (seu "scopus generalis"). A Sagrada Escritura não é uma simples "sedimentação" da Revelação de outrora, mas o instrumento para manifestar essa Revelação hoje. Neste sentido, a

Igreja não é mãe (dona) da Palavra, mas sua filha (serva). A Revelação de Deus se atualiza nas circunstâncias variáveis da vida e segue seu caminho com plena liberdade. — *Juan Stumme* (115-141) oferece um excelente comentário sobre a asseveração de Lutero: "toda a vida cristã consiste em crer e amar". A relação entre estes dois princípios só pode ser entendida à luz da confissão de nossa fé: só Deus salva o mundo, na pessoa de Jesus Cristo. A razão do amor não está na própria pessoa ("minha salvação"), mas no bem feito ao próximo. De fato, a fé "desce" de Deus ao homem, encontrando sua expressão ("é ativa") no amor ao outro, sobretudo para com o mais necessitado.

Na terceira parte, *Igreja e pastoral*, *Lee Brummel* (145-157) estuda o tema "Lutero e os pobres", mostrando a evolução de Lutero nesse tocante, entre 1515 e 1518. A partir de suas preleções sobre a Carta aos Romanos, Lutero começa a conceber a pobreza como problema social com clara incidência religiosa. Mas só na controvérsia sobre as indulgências chega a maior clareza sobre a responsabilidade do cristão frente aos pobres. Indulgências são compradas com objetivo interesseiro: garantir a própria salvação e precaver-se do castigo. A ajuda aos pobres, pelo contrário, além de cumprir o preceito divino, faz o homem esquecer a si mesmo em prol de seu irmão necessitado. — *Emilio N. Monti* (159-173) colabora com o artigo "Lutero e a educação popular". Lutero propõe uma "educação integral" (ideal humanista), onde o estudo das línguas antigas, das "artes" e da história ocupem lugar de destaque. Mas para atingir seus objetivos, ela deve ser impregnada da éti-

ca cristã e expressar a dimensão religiosa da existência humana. Lutero defende a "democratização" da instrução e uma formação cultural básica, a fim de que todos tenham acesso à leitura e compreensão da Bíblia. O Estado pode tornar obrigatório o ensino escolar, prestando assim um eminente serviço à formação do cristão (papel da Bíblia) e do cidadão (papel do Direito e da lei). Porém, de fato, o principal articulador do novo sistema escolar protestante foi Filipe Melanchton, íntimo colaborador de Lutero, cognominado o "Praeceptor Germaniae". — *Sören Bolander* (175-215) faz algumas reflexões sobre a música litúrgica de Martinho Lutero. Na opinião de Lutero "a nobre arte da música é, depois da Palavra de Deus, o tesouro mais apreciado no mundo". Na palavra cantada se unem a dimensão intelectual (o texto) e a dimensão afetiva (a sonoridade da harmonia musical), dando nova vida e vigor ao conteúdo que, assim, é mais facilmente assimilado. Lutero se preocupa bastante com a participação do povo na Liturgia, como mostra sua "Missa alemã" de 1526. O autor oferece uma tradução em espanhol desta "Missa" e termina seu artigo com um elenco dos Hinos de Lutero.

Na quarta parte, *Evangelho e missão*, encontramos o volumoso artigo de *Sidney H. Rooy* (218-306) sobre "Lutero e a missão", subdividido em cinco itens: (a) Que significa missão? A meta. Explica porque toda teologia da missão possui um caráter nitidamente teocêntrico: é Deus que envia! (b) Quem faz a Missão? Os enviados. Fala sucessivamente do papel do Espírito Santo, da Igreja, dos apóstolos, dos pregadores, do Estado e dos cris-

tãos em geral. Destaca o sacerdócio universal dos fiéis: pelo batismo todos são convocados para proclamar a Palavra e para isso recebem a força do Espírito. (c) Por que a missão? Os motivos: a glória de Deus; a obediência ao mandamento de Cristo; a conversão do homem; a expansão da Igreja; a vinda do Reino. Na sua fraqueza e aparente contradição simbolizada na cruz, o Reino de Cristo cresce e se expande. (d) Onde fazer a missão: os espaços e os tempos. Desenvolve três pontos: Até os fins dos tempos e os confins da terra; A missão entre os judeus; A missão entre os "turcos" e pagãos. (e) Como levar a cabo a missão? Os métodos: A palavra pregada; O testemunho pessoal; A conversão voluntária; O "compromisso contextual", isto é: toda a vida do cristão deve testemunhar o Evangelho nas situações concretas em que ele se encontra; Os instrumentos idôneos (a imprensa, o ensino, os sacramentos, a música e a oração). O Autor termina sua contribuição com uma conclusão de 12 pontos, que retoma o conteúdo numa perspectiva latino-americana. — As últimas páginas do livro são dedicadas a uma biografia muito interessante de Catarina de Bora, esposa de Lutero. (*Rodolfo Obermüller*: 309-311), e um repertório bibliográfico do Reformador alemão, em espanhol e português, feito por *David Araute* (315-331).

A obra que acabamos de analisar constitui, na verdade, uma *coletânea de artigos* que, no seu conjunto, atende ao objetivo inicial proposto pelo ISEDET. São contribuições de alto nível, elaboradas por especialistas no assunto. Chama a atenção a farta documentação histórica, diretamente de fontes originais (obras de Lutero).

Apesar de doze autores exporem, de forma variada, suas idéias sobre diversos aspectos de Lutero, o todo respira notável homogeneidade. Nem sempre a linguagem é fácil e a abordagem de alguns temas é bastante técnica. Encontramos na coletânea artigos não muito comuns neste gênero de publicação. Achei interessantes e originais as contribuições sobre Lutero e a música sacra; Lutero na educação popular. Para estudiosos do Protestantismo a atualizada e ampla bibliografia em espanhol e português ofere-

ce valioso subsídio para ulteriores pesquisas. Na minha opinião o público de língua portuguesa seria bem servido com uma tradução desta obra em nosso idioma. Sobretudo para estudantes de Faculdades de Teologia e áreas afins, onde o estudo do Protestantismo histórico é elemento indispensável para o despertar de um verdadeiro diálogo ecumênico, o livro em pauta seria de grande utilidade.

Henrique Cristiano J. Matos CFMM

RAMOS, Francisco Manfredo Tomás: *A idéia de Estado na doutrina ético-política de S. Agostinho. Um estudo do epistolário comparado com o "De Civitate Dei"* (Col. "Fé e Realidade" 15). Ed. Loyola, São Paulo 1984. 370 pp., 21 x 14cm.

O pensamento político na tradição ocidental pode ser estudado através da referência aos dois modelos fundamentais presentes na evolução da história política que se desenvolve a partir do mundo mediterrâneo no primeiro milênio a.C. O primeiro é o modelo da cidade antiga, que permanece fundamentalmente o mesmo em corpos políticos tão diversos quanto a *polis* grega, os reinos helenísticos ou o Império Romano. O segundo é o modelo do Estado nacional moderno que começa a formar-se no declínio da Idade Média e subsiste até nossos dias, cada vez mais fortalecido. Em primeira aproximação pode-se dizer que o primeiro modelo é interpretado segundo os cânones de uma razão orgânica, o segundo obedece às exigências de uma razão analítico-

cartesiana e instrumental. A interpenetração dos dois modelos (p. ex. em Rousseau e Hegel) é um dos capítulos mais fascinantes da história das idéias políticas. A transcrição teórica do primeiro modelo encontrou sua forma mais acabada nessas fontes do pensamento político clássico que são Platão, Aristóteles, os Estóicos e Cícero. Já a teorização do segundo modelo operou-se de modo paradigmático em pensadores como Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau, para citar somente alguns dos clássicos da politologia moderna.

É sabido que o advento, a difusão e o triunfo do Cristianismo no declínio do mundo antigo abriram uma nova dimensão na prática e na teoria políticas do Ocidente. Essa dimensão não pode ser reduzida apenas a um novo estilo de incorporação do fato religioso à instituição política como sua legitimação sacral, tal como acontece nas sociedades tradicionais e se realizava de modo exemplar na cidade antiga. O que então tem lugar é o fenômeno que *Joseph Lecler* denominou acertadamente "a revolução cristã da soberania" (*L'Église et la souve-*

raineté de l'État, Paris, 1946). Esse fenômeno provocou, nas sociedades políticas ocidentais, uma polarização entre religião e política que passou a caracterizá-las e à qual nem mesmo a laicização moderna do Estado alcançou dar solução satisfatória. É sabido que esse problema continua a desafiar as filosofias políticas contemporâneas e ninguém, talvez, formulou-o em termos tão abrangentes quanto Hegel num *locus* que pode considerar-se clássico na matéria (*Lineamentos de uma Filosofia do Direito*, parágr. 270, nota).

As fontes filosóficas do pensamento político ocidental vêm juntar-se, assim, as fontes teológicas das quais procede, por um aparente paradoxo, sobretudo a partir dos fins da Idade Média, uma das correntes estudadas magistralmente, entre outros, por Georges de Lagarde, que conduziram à idéia da laicidade do Estado moderno. Entre essas fontes teológicas a mais importante é, sem dúvida, Santo Agostinho.

A reflexão política de Agostinho move-se, como é sabido, entre duas ordens de problemas, que ele situa dentro das vastíssimas coordenadas do seu pensamento filosófico-teológico: a interrogação lançada sobre a perenidade da ordem romana, abalada com a tomada de Roma por Alarico em 410, e as relações entre o Estado cristão e a heresia, problema suscitado pela revolta donatista na África. A influência do pensamento político de Agostinho domina soberanamente toda a Idade Média e estende-se até os tempos modernos.

Na verdade, há toda uma vertente do pensamento político do Ocidente que só pode ser entendida à luz das concepções de Santo Agostinho e

daqui a importância do conhecimento exato da sua doutrina nesse campo.

Na imensa bibliografia agostiniana faltava um estudo como o do Dr. Francisco Manfredo Tomás Ramos que ora temos o prazer de apresentar ao leitor. Trata-se de uma tese para obtenção do título de Doutor em Filosofia apresentada à Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e aprovada com a mais alta distinção. O livro, porém, transcende os limites convencionais de uma tese e apresenta-se doravante como obra fundamental de referência na bibliografia sobre Santo Agostinho. Ninguém, pelo menos até onde alcança nosso conhecimento, havia tentado a reconstituição do pensamento político de Agostinho, nos seus fundamentos e nas suas consequências, através do estudo a um tempo sistemático e exegético do seu Epistolário, tendo como fundo o imenso painel da *Cidade de Deus*. Esse o trabalho que levou a cabo, com brilho e magistral acribia, o Dr. Francisco Manfredo Tomás Ramos. Estamos diante de uma obra que eleva a pesquisa histórica e filosófico-teológica entre nós à altura dos padrões mais exigentes de seriedade e rigor. Mas não é apenas o interesse histórico que valoriza o estudo do Dr. Francisco Manfredo. Dele se desprende uma lição de filosofia política da mais patente atualidade.

Tendo sido aceito pela prestigiosa coleção *Analecta Gregoriana*, o livro que a Edições Loyola tem o privilégio de publicar é desses que qualquer uma das grandes coleções internacionais de estudos patrísticos se honraria em acolher, e que vem agora enri-

quecer a coleção *Fé e Realidade*.

Henrique C. de Lima Vaz S.J.

FABRIS, Rinaldo (ed.): *Problemas y perspectivas de las ciencias bíblicas* (Col. "Biblioteca de Estudios Bíblicos" 48). Trad. do italiano por Alfonso Ortiz García. Ed. Sígueme, Salamanca 1983. 494 pp., 21,2x13,2cm.

A exegese bíblica dos últimos tempos, seguindo a tendência do mundo científico em geral, passa por um processo de complexificação contínua. O especialista, restrito a um determinado campo de estudo, corre o risco de perder a visão de conjunto dos estudos bíblicos. É impossível acompanhar e manter-se atualizado a respeito da vasta gama de publicações em torno da Bíblia. Para se ter uma idéia deste fenômeno basta folhear o volumoso "Elenchus Bibliographicus Biblicus", editado anualmente pelo Pontifício Instituto Bíblico, de Roma.

R. Fabris tem diante de si a situação italiana do início dos anos 80, onde discerne um crescer de interesse pelos estudos bíblicos, em diferentes níveis, das obras de cunho pastoral-catequético até às teses doutorais. Tal situação justifica sua iniciativa de reunir colaborações de dezoito exegetas, de origem italiana na sua maioria, numa obra cujo título expressa bem seu conteúdo: "Problemas y perspectivas das Ciências Bíblicas". O objetivo é "oferecer uma informação o mais atualizada e pontual possível sobre os pontos nevrálgicos das ciências bíblicas e seus fu-

turos desenvolvimentos". Com isto a característica da obra fica definida: é histórica e informativa.

Os grandes problemas bíblicos são enfeixados em quatro seções. A primeira (15-167) – *Problemas de introdução bíblica* – estuda temas que vão da questão das tradições históricas do Antigo Testamento (A. Fanuli), até a literatura intertestamentária (L. Moraldi), rabínica e targumínica (M. McNamara), gnóstica (U. Bianchi) e paulina, especialmente, Efésios, Colossenses e Cartas Pastorais (R. Fabris). A segunda parte (169-314) – *Novas orientações exegeticas* – num arco abrangendo o Antigo e Novo Testamento, aborda questões referentes a Gn 1-11 (N. M. Loss), Êxodo e Aliança (B.G. Boschi), Deutero-Isaías (S. Virgulin), o problema sapiencial em Jó e Qohelet (F. Festorazzi), João 1-12 (S. A. Panimolle), I Coríntios (U. Vanni). A terceira parte (315-446) – *Pontos-chave de Teologia Bíblica* – restrita ao Novo Testamento, enfrenta a questão sinótica (G. Segalla), a teologia de Paulo (R. Penna), o problema da Ressurreição de Jesus (G. Ghiberti), a Igreja Primitiva (F. Montagnini) e o problema da escatologia e história (P. Grech). A quarta parte (447-490) – *Resenha bibliográfica* – avalia as publicações modernas em três campos: história de Israel (S. Herrmann), comentários do Novo Testamento (S. Zedda) e Teologia Bíblica do Novo Testamento (G. Segalla).

Nos limites impostos a uma obra

de tal gênero, os vários autores esteleceram de maneira clara, sintética e esquemática, o "status quaestionis" dos temas abordados, em perspectiva histórica, embora nem todos cheguem a arriscar previsões de rumos no futuro. Os temas, é óbvio, não passam pelo crivo de uma análise aprofundada. Indicam-se apenas suas linhas básicas e suas recentes orientações. As questões permanecem em aberto, tratando-se de problemas ainda defrontados pelos exegetas. Mas, como o livro é uma "mina" de bibliografia, o leitor interessado facilmente encontrará pistas para ulterior aprofundamento. Algum leitor mais exigente poderá criticar, no elenco dos temas, a exclusão de tal ou qual, que,

na sua opinião, mereceria ser incluído. Como não se pretende tratar todos os problemas bíblicos, nem tampouco se exclui a existência de outros igualmente importantes, tal crítica perde sua procedência.

O livro poderá ser útil tanto para estudantes (não iniciantes) quanto para professores. A uns oferecendo uma visão geral da abordagem de determinados temas bíblicos; a outros oferecendo informações atualizadas sobre vários campos da pesquisa bíblica.

Considerando o grande valor desta obra, não seria inoportuno recomendá-la vivamente.

Jaldemir Vítório S.J.

CAZELLES, Henri (ed.): *Introducción a la Biblia. Introducción crítica al Antiguo Testamento* (Biblioteca Herder. Sección de Sagrada Escritura). Ed. Herder, Barcelona 1981. 915 pp., 21 x 14 cm.

Esta Introdução à Bíblia foi publicada a primeira vez em 1957 e foi muito bem aceita, apesar de algumas críticas e reservas. Foi traduzida em várias línguas e também para o português em 1967 na então Herder de S. Paulo. Em 1973 saiu a edição revista, em parte a cuidado de novos colaboradores. É a tradução espanhola desta edição renovada que vou apreciar.

O nosso volume situa os diversos livros na história da cultura milenária que precedeu a vinda de Jesus. Depois de apresentar um amplo quadro histórico, baseado nos achados arqueológicos e científicos recentes são tratados os livros da *Torá* de Moisés

ou do Pentateuco. A seguir são examinados em ordem cronológica, capítulo por capítulo, os livros proféticos, os salmos e livros sapienciais e finalmente os livros posteriores como sejam Tobias, Judite e Macabeus. Autores competentes, tanto da antiga geração como mais novos, asseguram a exposição séria dos diversos temas e livros. O volume impresso de 915 páginas se conclui com vastos índices de citações bíblicas (36 pp.) e analítico (17 pp.). Acompanha o volume uma folha de 9 mapas geográfico-históricos. Note-se ainda a vasta *bibliografia* seleta tanto geral e abrangente como especial que aparece no decurso de toda a obra.

Sendo impossível fazer uma revisão de toda a obra, contento-me com alguns pontos que mais chamaram a minha atenção.

Hapiru (47): Ainda não estão identificados exatamente: povo/tribo ou

classe social?

Patriarcas israelitas (50-52): Não lhes falta boa base histórica e geográfica; seus nomes são amorreus, eles são pastores de gado miúdo em vias de sedentarização. Existem razões muito sérias para situar Abraão e sua migração pacífica nos fins da época amorreia.

Questão do Pentateuco (115-129: Cazelles): Devido às descontinuidades e aos cortes da narração, reatamentos nos relatos e agrupações lógicas, repetições e duplicatas, vocabulário e estilo, se devem distinguir quatro famílias de textos: javista (J), eloísta (E), deuteronomista (D) e sacerdotal (P). Mas a questão resta complexa e embrulhada e ainda há muitos problemas a resolver. Em seguida se apresenta uma longa exposição dos caminhos da crítica desde a Idade Média até o presente (130-163).

Achei muito boa a introdução geral aos *Profetas* de Israel (365-398) e especialmente o que se diz sobre a sua contribuição teológica (393-295). Em *Isaias* se aceita como atualmente certa a divisão em três partes que surgiram em épocas diferentes: séc. VIII, fim do exílio e depois da volta à pátria. Por outro lado hoje se dá maior atenção às semelhanças e afinidades entre as três partes (415-426, 416-417 e 468). Mas é preciso notar que nos primeiros 39 capítulos nem tudo remonta a Isaias, p. ex., os "apocalipses" dos cap. 24-27 e 34-35 que seriam da época pós-exílica. Bem interessante e instrutivo é o que se diz a respeito do *Emanuel* (422-424): o que importa mesmo é a promessa da esperança no auxílio de Deus neste momento particularmente crítico para a dinastia davídica.

Jeremias (435-450): Prefiro colocar o "livrinho da esperança", cap. 30-31, no tempo calmo do outono de 586 depois da ruína de Jerusalém e do templo (444).

Salmos (521-575): Exposição ampla e muito boa, inclusive o que se diz do uso dos Salmos hoje. Na p. 553, alínea 2, fala-se de dois salmos singulares, mas só se menciona o 137 [136]. Qual seria o outro?

Livros sapienciais (578-615): A destacar na introdução geral o tema e gênero da sabedoria no Oriente, especialmente no Egito e Mesopotâmia.

Um mérito especial desta obra é o fato de em cada livro ou grupo de livros também se trazer a *mensagem* religiosa ou teológica. Destaco: Profetas em geral (393ss), Is II (470-479; Servo de Javé: p. 474-479) e Salmos (560-569).

Erratas: P. 41 nota 12: deve ser ANEP (Pictures), não ANET (Texts). — O que à p. 438 em cima se diz das leituras do volume dos oráculos em Jr 36 não está exato. O volume foi lido três vezes: ao povo, aos ministros reais e ao rei, e não três vezes ao rei. — P. 439 nota 26: deve ser 373, não 272; p. 447, al. 14, l. 3: deve ser 29, não 26. — *Omissões*: Sb: acrescentar à bibliografia: J. ZIEGLER, *Sap. Salomonis* (VT Graecum XII, 1), Göttingen 1962; Br: idem: ZIEGLER (VT Graecum XV) 1957. 1976. Quanto a Tb e Jt, conservados em grego, falta indicação a respeito das edições gregas, p. ex., SWETE ou RAHLFS (edição manual 1935).

J. Balduino Kipper S.J.

BELO, Fernando: *Lectura política del Evangelio* (Col. "Jesús de Nazaret"). Trad. da versão italiana por Néstor O. Míguez. Ed. La Aurora, Buenos Aires 1984. 158 pp., 19,6x13,5cm.

Ediciones la Aurora e Editorial Tierra Nueva colocam em mãos do público de fala espanhola a controvertida obra de Fernando Belo e prometem publicar em seguida um debate em torno desta obra.

Embora originalmente tenha sido escrito em 1984, num contexto político em que Portugal se preparava para uma eleição entre capitalismo e socialismo, conserva até hoje a sua atualidade, riqueza e, não menos, o seu desafio. Prova-o o número de vezes que esta obra é citada como fonte bibliográfica na produção de subsídios cadernos populares de formação cristã. Por exemplo, o caderno didático e ilustrado produzido pela Ação Católica Operária (ACO): "Jesus: sua terra, seu povo, sua proposta".

Preocupado com o atrelamento do cristianismo à ideologia capitalista, F.B. procura mostrar a partir do texto de Marcos que "Jesus teve seu papel na luta de classes" (141). Sem rodeios, o Autor é claro na sua proposta de fazer uma "leitura política do Evangelho", como reza o título do livro. Uma versão simplificada do volume publicado por *Les Editions du Cerf*, com o título *Lecture matérialiste de l'évangile de Marc*. A pretensão desta versão simplificada é de "ser um texto útil como instrumento ideológico na luta de classes" (11).

No início o Autor tece considerações antropológicas, analisando os diversos sistemas de proibições e regras vigentes em Israel, na dialética do

puro/impuro, dom/ofensa, bênção/maldição, vida/morte. Em seguida faz uma análise da economia, política, ideologia e luta de classes, articulada ideologicamente pelo tema escatológico do Reino de Deus.

Não tem a obra a intenção de fazer uma exegese exaustiva de Mc. "Serão, antes, páginas livres, que permanecem no entanto fiéis aos resultados do texto teórico".

A grande originalidade de F. B., a meu ver, está em desvendar os "códigos", as chaves de leitura que Mc nos oferece para poder perceber a interpretação que os diferentes grupos fazem da prática de Jesus e da estratégia que o próprio Cristo consequentemente emprega. F. B. dá atenção a termos como estratégia, tática, luta..., vocábulos pouco comuns na exegese, mas que fazem o Evangelho se encarnar com mais profundidade em nossa vida. Qual foi a estratégia de Jesus? Como se posicionou diante da prática dos sacerdotes, fariseus...? Em que se distingue da estratégia dos zelotas? E qual a tática da classe dominante da Judéia para capturá-lo e condená-lo à morte? As respostas a essas perguntas são importantes para iluminar os objetivos e a estratégia que nós empregamos na nossa prática pastoral.

O Autor deixa claro que há uma política segundo o Evangelho que consiste "na afirmação prática da primazia da justiça e do dom" (96). Que há uma economia segundo o Evangelho, fundada na prática de repartir o pão e na abundância material para os pobres (101s). E uma luta contra a violência dominante que, na ocupação do templo, "por parte de Jesus é um processo violento contra a violência que ali se havia instalado" (107). F. B. defende que não se trata da

questão de se a luta é violenta ou não (porque a luta política só pode ser violenta), mas se ela é coerente e eficaz.

Os últimos capítulos o Autor dedica à abordagem de alguns elementos de interpretação teórica da leitura que ele fez do texto de Mc, dentre os quais o da prática de Jesus como uma prática messiânica. Ele o faz em três níveis: um nível *econômico* que ele chama de "*amor*" (agape), o compartilhar o pão, onde o decisivo é o rompimento com o "status quo", ("decisivos são os frutos de uma prática solidária"); um nível *político*, que ele chama de *esperança* (poder como serviço); e um nível *ideológico*, que ele chama de *fé* (a prática a favor da vida e da bênção, contra a morte e contra os que se fazem senhores por um saber ideológico "a priori" — cf. 123-131). E "o objetivo fundamental desta prática messiânica é a transformação das relações sociais, dando prioridade à eliminação das relações de classe entre os membros da ekklesia.

Neste sentido, a prática de Jesus é uma prática radicalmente comunista, se bem que não seja revolucionária" (143). O messianismo "ekklesial" não teve os instrumentos para transformar a sociedade. E crê o Autor que esses meios se encontram na análise marxista e na luta do proletariado. Esta é a tese que o livro procura demonstrar.

Se, por um lado, esse tipo de leitura permite perceber uma série de elementos que normalmente escapam aos outros métodos exegéticos, por outro lado seu alcance sofre por causa do preconceito que se tem deste tipo de leitura. Para evitar esta polémica procura-se hoje falar, com pertinência, em "método sociológico" ou "leitura pelos quatro lados", como é conhecido no meio popular. Não é o único método adotado. Mas a contribuição deste é basilar para a formação de comunidades cristãs no nosso contexto latino-americano.

João Inácio Wenzel S.J.
